

SISTEMA FAEP



Mala Direta
Postal

9912152808/2006-DR/PR

SENAR

CORREIOS

BOLETIM

informativo

Ano | n° | 1 a 7 de junho
XXIV | 1053 | de 2009

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

IMPRESSO

Meneguette entrega a ministro proposta de socorro a produtores

Pág. 4

O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette (foto), entregou na quarta-feira (27) em Brasília ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, ofício solicitando medidas de urgência para socorrer os produtores rurais do Paraná devido à estiagem.



SENAR-PR traça perfil agrícola dos municípios

Pág. 12



Formação profissional será relacionada às cadeias produtivas de cada município. Na foto Curso de Operação de Colhedora

RESERVA LEGAL

Produtores são pagos para preservar

Não no Brasil, mas este é o modelo dominante nos EUA e Europa

Pág. 2



RESERVA LEGAL

Europa e EUA pagam para os produtores preservar

Em vez de terem prejuízo com a imposição da Reserva Legal – como no modelo brasileiro – os produtores dos Estados Unidos e da Europa são pagos pelo governo para proteger áreas frágeis – como várzeas, refúgios ecológicos e terras com tendência à erosão.

Não existe, nos EUA, nada que se assemelhe à Reserva Legal – na prática uma destituição compulsória de 20% (ou mais) da propriedade privada, sem qualquer compensação.

Pelo contrário, os programas norte-americanos de apoio à conservação ambiental representam parcela significativa da renda dos produtores. Além da compensação pela perda de renda com a terra, os produtores são ressarcidos pelo custo da implantação de cobertura vegetal com grama ou árvores para proteger essas áreas sensíveis.



Tamara White

A adesão ao Programa de Reserva para Conservação (CRP) não é obrigatória. Faz-se por contratos, a maioria por um período de 10 a 15 anos. Ao fim destes contratos, e quando os preços das commodities estão valorizados, vários produtores voltam a plantar grãos nessas áreas. Em setembro de 2007, segundo números do Departamento de Agricultura dos Estados Uni-

dos (USDA), havia 14,5 milhões de hectares no CRP. Um ano depois, mais de 800 mil hectares retornaram à agricultura, invertendo uma tendência de crescimento das áreas destinadas à conservação¹.

“Não existe uma tendência de fuga do programa de conservação. Simplesmente por que determinadas áreas não são adequadas e rentáveis para a agricultura. O produtor faz o cálculo dos custos para voltar a plantar e percebe que não vale a pena quando comparado ao que recebe do Governo”, disse Tamara White, diretora do Departamento de Commodities do Illinois Farm Bureau, equivalente à Federação da Agricultura naquele estado do Meio-Oeste americano.

Para o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, o Brasil ainda tem que aprender a tratar os produtores rurais como guardiões da terra e recompensá-los por isso. “Enquanto isso não acontece, é preciso pelo menos respeitar os produtores que buscam regularizar a Reserva Legal e as áreas de preservação permanente, sem punições”, diz.

O orçamento da agricultura do presidente Barack Obama para 2010 prevê pagamento de subsídios diretos aos produtores de 10,6



bilhões – uma redução de 13%, mas, mesmo assim, sem paralelos no plano de safra brasileiro. A intenção do presidente democrata é cortar os subsídios para os produtores que tenham renda anual de mais de 500 mil dólares. “A proposta já chega morta ao Congresso”, reagiu o presidente da Comissão de Agricultura, deputado Collin Peterson, do próprio Partido Democrata.²

SET-ASIDE

“Reserva Legal” foi suspensa há dois anos na União Europeia

“Tento participar do maior número possível de programas conservacionistas”, diz produtor inglês.



Para fazer frente à disparada dos preços dos alimentos, aumentando as terras agricultáveis, em 2007 os países-membros da União Europeia suspenderam a política do “set-aside”¹. Era uma espécie de Reserva Legal, estabelecida em 1992, em que os governos pagavam aos produtores para retirarem obrigatoriamente da exploração agrícola 10% de suas terras.

O programa deixou de ser obrigatório, mas não deixou de existir. Vários países do bloco europeu mantêm programas de indenização aos produtores que aceitam voluntariamente destinar áreas para refúgios ecológicos.

O pagamento chega a ser quase o dobro do que o produtor receberia se cultivasse. É o caso do produtor John Cousins², de Ipswich, no leste da Inglaterra. “Tento participar do maior número possível de programas conservacionistas”, diz ele. Dos 135 hectares que possui, 40 estão dedicados à conservação e, no restante, ele planta trigo e cevada.

A diferença está na rentabilidade: a área de preservação rende

para John Cousins um lucro de R\$ 1835,00 por hectare, enquanto plantando trigo a renda líquida é de R\$ 993,00 por hectare.

Em fevereiro deste ano a ministra do Meio Ambiente britânica, Hillary Benn, anunciou que a “Reserva Legal” será replantada nas grandes propriedades, em 3 a 5% da área, mas acompanhada de uma política de incentivos aos produtores³. Mesmo assim, há recla-

mação do setor produtivo. “Retirar da produção 5% da área de uma propriedade é como fechar uma fábrica por duas semanas e meias no ano. Teremos prejuízos financeiros, vamos exportar menos, processar menos comida e gerar menos trabalho – justamente quando precisamos de todos os esforços para reavivar a economia”, disse Peter Kendall, presidente da União Nacional dos Produtores.

Política ambiental na União Europeia ⁴

1992 | Início dos pagamentos diretos aos produtores e do “set-aside”

1995 | Introdução dos pagamentos vinculados a programas de desenvolvimento rural

2002 | Valor máximo dos subsídios congelados até 2013

2003 | Subsídios são desvinculados da produção e passam a depender do bem-estar animal e da proteção ao meio ambiente

2006 | Reforma no programa de subsídios para o açúcar

2008 | Começa a transição para acabar com a política de “set aside” e as cotas para produção de leite

ESTIAGEM NO PARANÁ

Meneguette entrega a ministro proposta de renegociação de dívidas

O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, entregou na quarta-feira (27) em Brasília ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, ofício solicitando medidas de urgência para socorrer os produtores rurais do Paraná devido à estiagem ocorrida no estado. Segundo Meneguette explicou ao ministro, a seca no Paraná registrou perdas superiores a R\$ 4 bilhões aos produtores devido a frustração de 6 milhões de toneladas.

De acordo com dados da Secretaria da Agricultura do Paraná, apresentados por Ágide Meneguette, a estiagem reduziu a safra paranaense de uma estimativa inicial de 32,2 milhões de toneladas para 26,2 milhões/toneladas, ou seja, 18,6% inferior ao inicialmente previsto e atingiu principalmente as produtividades da soja, milho e feijão.

“Para amenizar a crise que a seca está trazendo aos produtores, faz-se vital e urgente a intervenção do



Ministro Reinhold Stephanes, Ágide Meneguette, e o assessor da FAEP, Carlos Augusto Albuquerque

Governo Federal”, afirmou o presidente da FAEP. Veja a seguir a íntegra do documento entregue ao mi-

nistro e enviado aos parlamentares da bancada paranaense no Congresso Nacional:

“Assunto: Renegociação de dívidas dos produtores do Paraná

A seca no Paraná registrou perdas superiores a R\$ 4 bilhões aos produtores devido a frustração de 6 milhões de toneladas. Segundo dados da SEAB/PR, a estiagem reduziu a safra paranaense de uma estimativa inicial de 32,2 milhões de toneladas para 26,2 milhões/toneladas, ou seja, 18,6% inferior ao inicialmente previsto e atingiu principalmente a produtividade da soja, milho e feijão.

Para efeitos comparativos da gravidade da seca no Paraná, o Rio Grande do Sul estima perdas de mais de 900.000 toneladas de milho que equivalem a R\$ 255 milhões; 1,5 milhão de toneladas de soja, equivalente a R\$ 1,2 bilhão e 180 milhões de litros

de leite, o correspondente a R\$ 275 milhões. A soma do prejuízo dos três segmentos é de R\$ 1,73 bilhão. As

perdas na produção de grãos de Mato Grosso do Sul com a estiagem já somam R\$ 461 milhões neste ano,



considerando a soja, algodão e milho safrinha. No MS a seca provocou redução média de 9% na safra de verão.

Até meados de maio, o sinistro de seguros agrícolas havia pago apenas R\$ 119 milhões no Paraná com previsão de indenizar até R\$ 200 milhões, valor estimado que será pago também pelo Proagro, o que totaliza R\$ 400 milhões, apenas 10% dos prejuízos da seca.



Devido ao acúmulo de dívidas de safras anteriores e a ineficiência da cobertura do seguro de produção, muitos agricultores não conseguirão honrar com os compromissos nos bancos.

Para auxiliar os pequenos produtores, o governo editou a Resolução Bacen n° 3724 de 15 de maio de 2009, que dispõe sobre a concessão de prazo adicional para o pagamento das operações de custeio e investimento



contratadas no âmbito do PRONAF em regiões atingidas por enchentes ou por seca e instituiu Linha Emergencial de Crédito para financiamento de atividades agrícolas.

A medida beneficia com acesso à renegociação das dívidas, os produ-

tores que estejam em municípios que decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública, entre 1° de dezembro de 2008 e 13 de maio de 2009, reconhecido pelos respectivos governos estaduais até a data da publicação da resolução.

No entanto, vale lembrar que essa regra não é a ideal para a agricultura, tendo em vista que depende da vontade política dos prefeitos, os quais temem perder receita no ano seguinte no

Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Além disso, a seca atingiu praticamente todo o Paraná, mas em muitos municípios as perdas foram fortes em determinadas localidades e em outras menos, afetando drasticamente a produtividade dos grãos,

mas que no dado agregado do município não caracteriza o pedido de situação de emergência. Como exemplo, há relatos de produtores na região dos Campos Gerais, de perdas superiores a 50% no milho, mas o município não solicitará situação de emergência.

Diante disso, apesar de toda a gravidade da seca, o Paraná registra apenas cinco municípios com situação de emergência decretada e homologada no governo estadual e oito municípios com homologação estadual em análise, conforme relatório da Defesa Civil Estadual.

Para amenizar a crise que a seca

está trazendo aos produtores, faz-se vital e urgente a intervenção do Governo Federal através do atendimento das seguintes proposições:

1) Possibilitar a renegociação de dívidas de investimentos, custeios e FAT Giro Rural. Estender os benefi-



cios da resolução 3.724 aos produtores rurais que contrataram operações de crédito nas linhas de crédito com recursos controlados, no Proger e no Pronaf cujas lavouras foram prejudicadas pela estiagem;
2) Alterar a regra de acesso à renegociação, incluindo no Paraná os municípios com índices de perdas de produtividade acima de 20%, em conformidade com as es-



timativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Departamento de Economia Rural – DERAL/SEAB;

3) Reduzir a taxa de juros de todos os contratos antigos vigentes de financiamentos do BNDES para 6,25% ao ano. Há ainda contratos feitos entre 2002 e 2008, que foram renegociados nos últimos anos com as taxas originais entre 8,75% a 12,75% e que oneram demasiadamente essas dívidas.

Certo da vossa compreensão, apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Ágide Meneguette
 Presidente da FAEP”

FISCALIZAÇÃO

Para evitar penalidades produtor deve adotar o vazio sanitário da soja

Quadro sobre o impacto da ferrugem no Brasil	
13,4 bilhões de dólares	Impacto da ferrugem da safra de 2001/2002 até a safra 2007/2008
26% foi o aumento	Registrados nas vendas de fungicidas de 2007 para 2008, segundo Sindag1
2.884 ocorrências	de ferrugem foram detectadas até abril de 2008, contra 2,106 casos em 2007
70% queda de produtividade	Nas lavouras afetadas pela ferrugem no Paraná na safra 2000/2001

Fonte: O Estado de São Paulo e Agência Estadual de Notícias - AEN
1 Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola

Com a implantação do Vazio Sanitário do Paraná o produtor rural tem até o dia 14 de junho para eliminar todas as plantas vivas de sua área, com o objetivo de evitar a proliferação da ferrugem asiática. Da mesma forma como ocorreu em 2008 a Secretaria da Agricultura está fazendo divulgação sobre o Vazio Sanitário através de cartazes e meios de comunicação.

O agricultor que desobedecer à lei 11.200/95 e ao decreto 3287/97 do Departamento de Defesa Sanitária Vegetal poderá sofrer penalidades que vão desde uma advertência num primeiro momento, passando por multas, interdição da propriedade e até restrição ao crédito rural. "Rara-

mente chegamos ao ponto de restringir o crédito rural ao produtor, mas no caso de reincidência são as atitudes que devemos tomar", falou a engenheira agrônoma da Secretaria da Agricultura, Maria Celeste Marcondes.

Para evitar ser autuado, o produtor deve procurar assistência técnica e fazer a eliminação de todas as plantas por meio de implementos agrícolas ou com o uso de herbicidas. "O impacto econômico do não cumprimento do vazio sanitário é a quebra da produtividade. O comprometimento de todos com esta lei é vital para as próximas safras", explicou Elisangeles Souza, assessora técnica do Departamento Técnico Econômico da FAEP.

PROTEJA A SUA LAVOURA
Cumpra o período do vazio sanitário
Não cultive soja entre 15 de junho e 15 de setembro
Elimine as plantas voluntárias de soja até 14 de junho



Diga não à Ferrugem Asiática
O interesse é seu

jan abr mai 15 jun 15 set out dez

Colheita **Vazio Sanitário** **Plantio**

CNA

Kátia no Paraná

Nesta semana, a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu cumpre um roteiro pelo interior do Paraná. Na quinta-feira dia 4, ela chega a Toledo e no dia seguinte lança o programa "CNA em Campo" no Centro de Eventos de Madaly. Ainda no dia 5, sexta, ela fará palestra sob o tema "O Papel da Agropecuária no Desenvolvimento Socioeconômico do País", às 16h30, no Parque Governador Ney Braga, em Londrina.

Em sábado pela manhã a senadora fará nova palestra sob o mesmo tema, desta vez em Campo Mourão, no CTG Índio Bandeira. Nessas cidades, a presidente da CNA manterá contatos com autoridades locais.

Produtor deve procurar assistência técnica e fazer a eliminação de todas as plantas por meio de implementos agrícolas ou com o uso de herbicidas

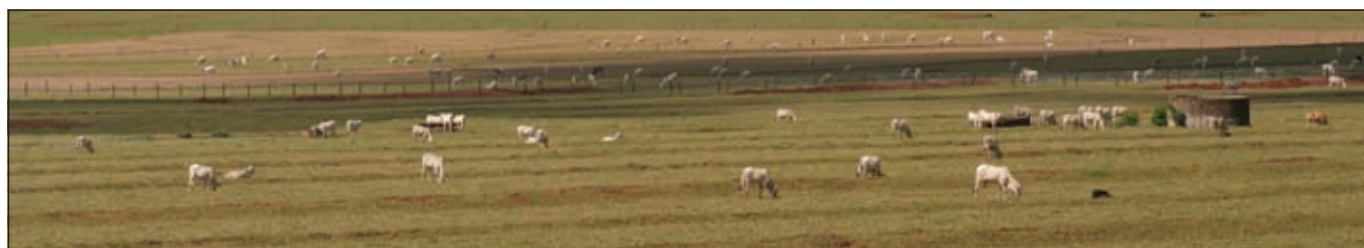
DELÍCIAS

Curitiba recebe festival de carnes nobres

O Sistema FAEP, em parceria com a Secretaria Municipal de Abastecimento - SMAB, SEBRAE e mais dez empresas do ramo de carnes nobres, promove de 04 de junho a 05 de julho o Festival Carnes Nobre no Mercado Municipal de Curitiba. O evento faz parte do projeto Curitiba Promove o Agronegócio Paranaense, e será dividido por cadeias produtivas.

O festival será aberto para o público, que poderá experimentar os produtos e participar de cursos de corte e gastronomia, além de rodadas de negócios. "O festival é importante, pois promove o agronegócio paranaense e aproxima os produtores dos consumidores", disse o médico veterinário Fabrício Amorim Monteiro, da FAEP.

PROGRAMAÇÃO DO FESTIVAL	
04 a 07 de Junho	Suíno
11 a 14 de Junho	Coelho
18 a 21 de Junho	Avestruz
25 a 28 de Junho	Bovino
02 a 05 de Julho	Caprino e Ovino



REGIÃO DE MARINGÁ

Chegou a vez de reestruturar os Conselhos de Sanidade Agropecuária

O projeto de fortalecimento dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária acontece na região de Maringá de 2 de junho até meados de julho, e o SENAR-PR, com a participação dos consultores Lírio Rebellatto e Rogério Minella, vai coordenar as reuniões de Sensibilização Local nos municípios da região conforme cronograma (confira abaixo).

Segundo o consultor do Fundep, Celso Doliveira, o local de realização das reuniões deve ser consultado junto ao escritório local da Emater. Nesta reunião de Sensibilização Local objetiva-se definir a constituição do novo Conselho de Sanidade Agropecuária (CSA) do Município com respectiva diretoria. “Nesta ocasião deve ser marcado um novo encontro para as próximas semanas para elaborar o Plano de Ação do CSA, que irá nortear as atividades nos próximos dois anos de funcionamento do mesmo”, explicou.

Doliveira lembra que devem participar desta reunião lideranças do setor privado tais como representantes de associações rurais, sociedade rural, sindicato patronal rural e de trabalhadores rurais, representantes de cooperativas, de instituições de crédito, de agroindústrias, de escritórios de planejamento, de instituições de ensino em ciências agrárias, empresas de comercialização e de transporte de animais e de produtos agropecuários, produção e comercialização de medicamentos veterinários, vacinas e rações, associações comer-

ciais, agroindustriais e rurais.

Entre os órgãos públicos devem participar entidades tanto dos âmbitos municipal, estadual e federal que tenham estrutura administrativa no(s) município(s) tais como: Secretarias da Agricultura (municipal e estadual), Ministério, Emater, Secretarias de Meio Ambiente, Vigilância Sanitária, Iapar, que tenham por sua

natureza vínculo técnico, comercial ou institucional com o agronegócio.

“Lembrem que a participação da comunidade é o primeiro e mais importante passo para a superação dos desafios sanitários que todas as cadeias produtivas do Paraná enfrentam para o seu desenvolvimento”, afirmou Doliveira. Confira a tabela de programação:

Cronograma Região de Maringá				
Data	Município	Horário	Evento	Sindicato Envolvido
2/6/2009	Santa Inácio	09:00 - 12:00	Seminário de Sensibilização Local	Colorado
	Itaguajé			Colorado
	Santa Inês	14:00 - 17:00		Colorado
	Colorado			Colorado
3/6/2009	Lobato	09:00 - 12:00	Seminário de Sensibilização Local	Lobato
	N. S. das Graças			Colorado
	Flórida	14:00 - 17:00		Astorga
	Santa Fé			Astorga
4/6/2009	Uniflor	09:00 - 12:00	Seminário de Sensibilização Local	Nova Esperança
	Atalaia			Nova Esperança
	Nova Esperança	14:00 - 17:00		Nova Esperança
	Ângulo			Astorga
5/6/2009	Munhoz de Mello	09:00 - 12:00	Seminário de Sensibilização Local	Astorga
	Astorga			Astorga
	Iguaraçu	14:00 - 17:00		Astorga
16/6/2009	Pres. Castelo Branco	09:00 - 12:00	Seminário de Sensibilização Local	Mandaguacu
	Ourizona			Mandaguacu
	Florai	14:00 - 17:00		Nova Esperança
	São Jorge do Ivaí			São Jorge do Ivaí
17/6/2009	Dr. Camargo	09:00 - 12:00	Seminário de Sensibilização Local	Dr. Camargo
	Floresta			Maringá
	Ivatuba	14:00 - 17:00		Dr. Camargo
	Itambé			Maringá
18/6/2009	Maringá	09:00 - 12:00	Seminário de Sensibilização Local	Maringá
	Mandaguacu			Mandaguacu
	Paiçandu	14:00 - 17:00		Maringá
	Sarandi			Maringá
19/6/2009	Marialva	09:00 - 12:00	Seminário de Sensibilização Local	Marialva
	Mandaguari			14:00 - 17:00

OIE

Mudanças climáticas podem agravar saúde animal no mundo



Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em Paris

O alerta foi feito na abertura da 77ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), em Paris, entre os dias 24 a 29 de maio. O impacto das mudanças climáticas tanto no registro de novos focos quanto na reincidência de doenças animais foi confirmado em um estudo conduzido pela OIE que envolveu países e territórios membros da Organização.

“Mais e mais países indicam que as mudanças climáticas têm sido responsáveis por pelo menos uma nova doença ou reincidência registrada em seu território. Esta é uma realidade que não podemos ignorar e precisamos ajudar os serviços veterinários do mundo todo a se munir de sistemas que se adequem aos padrões internacionais para lidar com este problema”, explicou Bernard Vallat, diretor geral da OIE.

Ronei Volpi e Antonio Poloni acompanharam a assembléia como representantes do Sistema FAEP. Eles contam que a saída apontada para esta questão durante a assembleia passa por ações globais e regionais nas áreas de pesquisa, estruturação dos serviços veterinários e capacitação técnica. “Um aspecto relevante que será levado a cabo ainda este ano pela OIE diz respeito à adequação do ensino veterinário mundial, com conteúdos atualizados e similares em todos os países membros. Isso permite uma cultura nivelada e facilita os procedimentos sanitários”, observa Poloni.

Outro tema tratado durante a assembleia foi a adoção de normas rígidas no que se refere ao bem-estar animal. A pressão vem dos países da União Europeia que pede comprovação científica dos métodos de produção. “Mais uma vez o Brasil terá que mostrar competência e seriedade para dar garantias de bem-estar animal. Precisamos nos preparar com pesquisas científicas sérias para poder defender os sistemas de produção adotados pelo País”, analisa Volpi.

Influências da mudança climática nas doenças animais

126 países e territórios membros da OIE participaram do estudo

71% se disseram muito preocupados com os impactos do clima no aparecimento de novos focos e reincidências

58% identificaram em seu território pelo menos uma das duas situações

3 doenças animais mais mencionadas no estudo: Bluetongue, Rift Valley fever and West Nile fever

A maior parte dos participantes considera que a influência humana no meio ambiente tem impacto nas mudanças climáticas e consequentemente na saúde animal.

“Mais e mais países indicam que as mudanças climáticas têm sido responsáveis por pelo menos uma nova doença ou reincidência registrada em seu território.”

Bernard Vallat

CAPACITAÇÃO

Desenvolvimento Sindical Fase III em Pato Branco



A FAEP em parceria com o Sebrae-Pr realizou em Pato Branco nesta segunda-feira 25 de maio o primeiro encontro do treinamento do Programa de Desenvolvimento Sindical Fase III. Os membros da diretoria da FAEP Livaldo Gemin e Carlos Augusto Albuquerque fizeram a abertura dos encontros, que foi ministrado pelo Dr. Joel Coimbra. Esta fase do curso trata da organização política e administrativa, Entidades federativas, o povo e o exercício da soberania, orçamento e sistema orçamentário. O mesmo encontro aconteceu em Cascavel no dia 27 de maio.

OFICINA SINDICAL

Departamento Sindical aplica treinamento a sindicatos



FAEP realizou durante os dias 21 e 22 de maio no Hotel Roochelle em Curitiba, um treinamento para 28 funcionários de sindicato rural com até dois anos de casa. O treinamento foi organizado pelo departamen-

to Sindical da FAEP, com o objetivo de fornecer aos participantes orientações sobre convenção coletiva de trabalho, processo eleitoral, prestação de serviços e outros assuntos sobre a rotina sindical.

LUTO

Morre o vice-presidente do Sindicato de Mamborê

Morreu no dia 26 de maio o vice-presidente do Sindicato Rural de Mamborê, Herberto Cláudio Scharlau. O presidente do Sindicato Rural, Edgar Sehaber, manifestou condolências à família e ressaltou o trabalho exemplar de dedicação na defesa da classe agrícola. "Scharlau foi um grande amigo, um companheiro de luta para todos os momentos que o sindicalismo necessitou, uma perda irreparável", destacou.

COMISSÃO DE CONVENÇÃO PRÉVIA

Empregadores e trabalhadores apostam no bom senso

Por iniciativa da FAEP, no dia 18 de maio foi realizado no hotel Lizon, em Curitiba, o encontro sobre Comissão de Conciliação Prévia. A Comissão é um instituto estabelecido pela lei n° 9968/2000, e os Sindicatos que realizam Convenções Coletivas de Trabalho podem fazer a conciliação trabalhista entre empregados e empregadores.

O diretor-financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, fez a abertura do encontro. Membros de sindicatos patronais e dos trabalhadores estiveram presentes e assistiram duas palestras. Na parte da manhã Henrique William Bego Soares, advogado da Usina de Açúcar Santa Terezinha, falou sobre sua experiência no assunto. À tarde o desembargador Ubirajara Carlos Mendes

fez palestra sobre as vantagens das Comissões Prévias.

O desembargador elogiou a realização do encontro por unir as duas partes interessadas nas questões trabalhistas. “Congratulo as duas entidades por estarem em irmandade caminhando juntas pelo bem dos empregadores e empregados” elogiou Mendes.

O presidente da Fetaep (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná), Ademir Mueller, disse que com esse novo dispositivo o trabalhador terá vantagens. “Ganha o trabalhador e também o empregador, pois deixarão de ter ansiedade em recolher provas documentais e ainda não terão que esperar por muito tempo por uma posição da justiça” falou Mueller.



Membros de sindicatos patronais e dos trabalhadores estiveram presentes e assistiram duas palestras. No detalhe o desembargador Ubirajara Carlos Mendes



SERVIÇO

Teleconferência mostra como evitar filas na Receita

Pesquisa da situação fiscal, cadastro CNPJ e relatório de restrições são alguns dos serviços disponíveis no site da Receita Federal e que podem ser acessados por qualquer cidadão, que deixa de enfrentar as filas do atendimento presencial. Uma teleconferência no dia 16 de junho, entre 9h e 12h, será gerada de Curitiba para outras cinco cidades do Paraná e explicará como navegar no site da Receita.

“O objetivo da Receita é melhorar o atendimento, utilizando a Internet com um rápido e eficiente, reduzindo as filas e o tempo de espera nas unidades de atendimento”, explica José Luiz Machado, técnico do setor de arrecadação do SENAR-PR. O Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil (e-CAC) disponibiliza aos contribuintes uma série de opções pelo seu site www.receita.fazenda.gov.br. Esses serviços vêm sendo ampliados e serão apresentados durante o evento que será realizado pela Receita Federal do Brasil em parceria com o Sistema FAEP (SENAR-PR), Sistema FIEP, SEBRAE-PR; CRC-PR, OAB-PR, Associação Comercial do Paraná e Prefeitura Municipal de Curitiba.

Em uma segunda etapa, entre os dias 22 e 26 de junho, está programado um plantão de atendimento nas principais cidades do Paraná, das 9h às 12h, para sanar dúvidas sobre o acesso aos serviços. A teleconferência poderá ser acompanhada em Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Pato Branco. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas nos sites das entidades parceiras, inclusive do SENAR-PR: www.senarpr.org.br. As vagas são limitadas à capacidade de cada auditório.

POSSE

Diretorias assumem Sindicatos Rurais

São João - Arceny Bocalon tomou posse da presidência do sindicato no dia 22 de maio, com mandato para o triênio 2009-2012. Gilberto Cella assume como vice-presidente.

São Jorge do Ivaí - José Pereira Damazio Filho é o novo presidente do Sindicato Rural que toma posse para o triênio 2009/2012. Como secretário do sindicato assume José Luiz Bovo.

PREVIDÊNCIA

João Cândido de Oliveira Neto

Consultor de Previdência Social da FAEP

Decadência na construção civil

No Boletim Informativo 1051, tratamos da regularização de obras da construção civil, junto à Receita Federal, para efeito do cumprimento das obrigações previdenciárias. Agora trataremos de obras construídas no passado e ainda não regularizadas.

Como se sabe o Superior Tribunal Federal julgou inconstitucional os artigos 45 e 46 da Lei n.º 8212/91 que dava o prazo de decadência das contribuições previdenciárias em 10 anos. Assim, foi editada a súmula vinculante número 8 passando a ser o prazo de prescrição para cinco anos, contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ser constituído.

Para que se obtenha o reconhecimento da decadência o interessado terá que comparecer a uma agência da Receita Federal da circunscrição em que se realizou a obra de construção, e utilizando o formulário chamado DISO – Declaração de Informação sobre Obra solicitar a regularização.

Este modelo poderá ser obtido no site www.receita.fazenda.gov.br e utilizando o link RECEITA PREVIDENCIÁRIA, abrindo no menu formulário.

Servirá para comprovar a realização da obra em período decadencial, um dos seguintes documentos, contando que tenha vinculação inequívoca à obra e seja contemporâneo do fato a comprovar:

- comprovante de recolhimento de contribuições sociais na matrícula CEI da obra;

- notas fiscais de prestação de serviço;
- recibos de pagamento de trabalhadores;
- comprovante de ligação de água ou de luz;
- notas fiscais de compra de material, nas quais conste o endereço da obra como local de entrega;
- ordem de serviço ou autorização para o início da obra, quando contratada com órgão público;
- alvará de concessão de licença para construção.

A comprovação do término da obra em período decadencial dar-se-á com a apresentação de um dos seguintes documentos:

- habite-se, Certidão de Conclusão de Obra –CCO;
- um dos respectivos comprovantes de pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, em que consta a área da edificação;
- certidão de lançamento tributário contendo o histórico do respectivo IPTU;
- auto de regularização, auto de conclusão, auto de conservação ou certidão expedida pela prefeitura municipal que se reporte ao cadastro imobiliário da época ou registro equivalente, desde que conste o respectivo número no cadastro lançados em período abrangido pela decadência e que consta a área construída.
- termo de recebimento da obra, no caso de contratação com órgão público, lavrado em período decadencial;
- escritura de compra e venda do imóvel, em que consta a sua área,

lavrada em período decadencial;

- contrato de locação com reconhecimento de firma em cartório em data compreendida no período decadencial, onde conste a descrição do imóvel e a área construída.

A comprovação dar-se-á também com a apresentação de, no mínimo, três dos seguintes documentos:

- correspondência bancária para o endereço da edificação, emitida em período decadencial;
- contas de telefone ou de luz, de unidades situadas no último pavimento, emitidas em período decadencial;
- declaração de Imposto sobre a Renda comprovadamente entregue em época própria à Secretaria da Receita Federal, relativa ao exercício pertinente a período decadencial, na qual consta a discriminação do imóvel, com endereço e área;
- vistoria do corpo de bombeiros, na qual conste a área do imóvel, expedida em período decadencial;
- planta aerofotogramétrica do período abrangido pela decadência, acompanhada de laudo técnico constando a área do imóvel e a respectiva ART do CREA.

As cópias dos documentos que comprovam a decadência deverão ser anexadas à Declaração de Informação sobre Obra - DISO.

A certidão decadencial (negativa) expedida pela Receita Federal do Brasil é exigida quando da necessidade de averbação da obra de construção, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

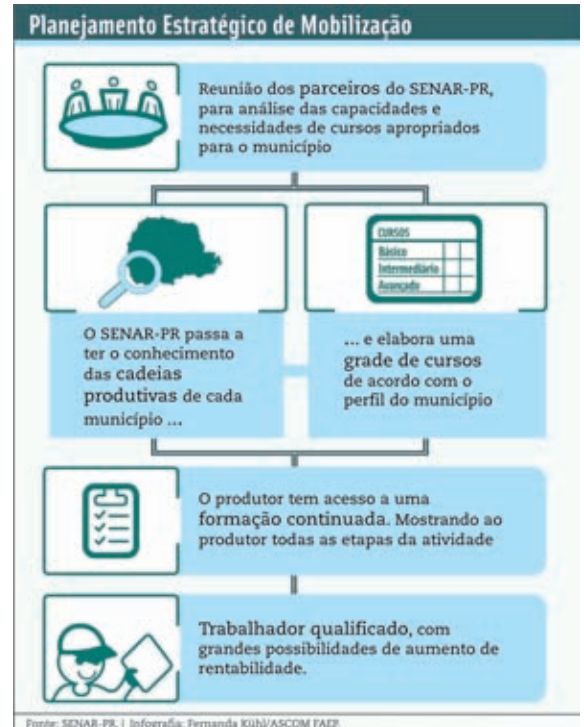
SENAR-PR usa planejamento para traçar perfil agrícola de municípios

O Planejamento Estratégico de Mobilização (PEM) é um trabalho que permite ao SENAR-PR saber quais são as cadeias produtivas de cada município do estado. Com isso o trabalhador rural terá um atendimento ainda mais específico para sua atividade. Com o conhecimento destas cadeias produtivas é possível fazer uma radiografia dos municípios paranaenses.

Para alcançar essas informações sobre os municípios, o SENAR-PR conta com a participação de seus parceiros que se reúnem e discutem sobre as necessidades e problemas de cada cadeia produtiva. Por isso estas reuniões entre as Secretarias municipais, Emater, Secretaria da Agricultura da região, Associações e Cooperativas locais, Sindicato Rural e os

supervisores do SENAR-PR são importantíssimas para que o consiga atender e até se antecipar a demanda. “Por meio de reuniões conseguimos detectar as cadeias produtivas dos municípios e assim atender estas necessidades”, disse Élcio Chagas, gerente técnico do SENAR-PR.

Com as informações do perfil dos municípios o SENAR-PR pode preparar uma grade de cursos para atender as necessidades do setor agropecuário local. O trabalhador rural poderá se especializar em todas as etapas da produção. O que poderá refletir em redução de custos e aumento da rentabilidade. “É importante que o trabalhador trabalhe a gestão da sua atividade e parta para o empreendedorismo”, falou Chagas.



INVESTIMENTO

Mobilização diferenciada começa a apresentar resultados

Produtores do município de Porto Vitória estão investindo na ovinocultura e querem fazer isso da maneira correta. Uma parceria entre Prefeitura Municipal, Emater e SENAR-PR estabeleceu uma programação de cursos nessa área para 2009, seguindo orientações do Plano Estratégico de Mobilização (PEM). O curso ocorreu nos dias 21 e 22 de maio, para ovinocultores que receberam os animais “PO” de corte, ministrado pelo instrutor do SENAR-PR, zootecnista Gastão Pereira Cordeiro Neto. “Esses cursos vão, certamente, trazer melhoria na atividade, proporcionar aumento da produção e rebanho, além do aumento da renda pelas famílias envolvidas na atividade, destaca José Armino Bonato técnico da Emater local.



RIBEIRÃO DO PINHAL

Curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal realizou de 11 a 15 de maio mais uma etapa do Programa de Mobilização de Cursos (foto ao lado), objetivando aprimorar a qualificação dos produtores rurais. Em parceria com SENAR-PR, Emater, e Prefeitura Municipal, o curso foi ministrado pelo instrutor Miguel Neto, e serviu para qualificar trabalhadores na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas. Segundo Neto, a motivação dos participantes permitiu um bom aproveitamento dos ensinamentos transmitidos.

Ordenha Manual - O Sindicato promoveu também na mesma data curso de ordenha manual (foto abaixo) no Assentamento São Francisco. O curso foi ministrado pelo instrutor do SENAR Paraná veterinário Claudio Livramento, que propiciou aos participantes um bom grau de aproveitamento.

O curso serviu para qualificar trabalhadores na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas e Ordenha Manual



TRATORIZADO

Goioerê promove curso de aplicação de agrotóxico

O sindicato Rural de Goioerê em parceria com o SENAR-PR realizou o curso de aplicação de agrotóxico tratorizado. O curso aconteceu nos dias 20, 21 e 22 de maio e contou com 15 participantes. Além dos conteúdos práticos, também foi discutida a questão da norma regulamentadora NR-31, que trata de todos os temas ligados à saúde, higiene e segurança no trabalho rural.



JURÍDICO

Marcia Rodacoski

Marcia Rodacoski é advogada e consultora da Federação da Agricultura do Paraná.

marcia_rodacoski@uol.com.br

O acordo perante as comissões de conciliação prévia

As comissões de conciliação prévia foram concebidas com o objetivo de buscar a transação de obrigações controversas entre empregador e trabalhador, privilegiando a solução autônoma de conflitos trabalhistas e evitando que toda discussão seja encaminhada ao Poder Judiciário. O artigo 625-E da CLT dispõe que, "Aceita a conciliação, será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da Comissão, fornecendo-se cópia às partes. Parágrafo único. O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas". Assim, realizada a transação mediante concessões mútuas, com o intuito de dar-se por extintas as obrigações referentes ao contrato de trabalho, seus efeitos jurídicos equivalem aos da coisa julgada, como ato jurídico perfeito e acabado, tornando-se imutável. Somente demonstração de vício de consentimento pode invalidar transação firmada perante Comissão instituída de forma legítima, como livre expressão de vontade de ambas as partes envolvidas.

O principal efeito da transação assim é o extintivo, pois, tratando-se de acordo liberatório, a consequência imediata será a desvinculação do obrigado. Aplica-se na espécie também o disposto no artigo 849 do Novo Código Civil, o qual prescreve: "A transação só se anula por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa". Para o empregado, por sua vez, o acordo tem força de título executivo, resolvendo de forma célere o conflito.

Nosso Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 9ª. Região entende

ser facultativa a prévia submissão de demanda à CCP, admitindo, no entanto, os efeitos jurídicos da transação: "O acordo extrajudicial celebrado entre as partes perante a Comissão de Conciliação Prévia, no qual o Autor confere quitação total das verbas oriundas do contrato de trabalho, gera eficácia liberatória das obrigações decorrentes deste, nos termos do parágrafo único do artigo 625-E da CLT. A eficácia alcança até mesmo os direitos que não foram objeto de discussão, exceto se houver ressalva expressa de parcelas, devidamente discriminadas. Logo, se o termo de conciliação ajustado pelo Autor não contém ressalva quanto à indenização por acidente de trabalho ou de qualquer outra parcela pleiteada na demanda trabalhista, mesmo que não tenha sido proposta perante a referida câmara, liberada está a empresa-Ré dessas e de todas as obrigações decorrentes do contrato de trabalho." (TRT-PR-00637-2007-025-09-00-8, Relator Des. Ubirajara Carlos Mendes). Mesmo que a jurisprudência moderna entenda pela ausência de obrigatoriedade de submissão da demanda trabalhista à Comissão de Conciliação Prévia como pré-requisito para ajuizamento de ação, o termo de conciliação tem eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas, servindo como via alternativa na solução de conflitos.

Como requisitos de legitimidade, a CCP deve observar o princípio da gratuidade para o empregado, não devendo funcionar como órgão de assistência ou homologação de rescisões contratuais, limitando-se a sua atuação a direitos e parcelas controversos.



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br - site: www.faep.com.br

Presidente:

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto
Guerino Guandalini
Nelson Teodoro de Oliveira
Francisco Carlos do Nascimento
Ivo Polo
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santarozza
Luiz de Oliveira Netto
Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



PARANÁ

SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 - Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br
site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente

Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos

Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal - Membros Efetivos

Sebastião Olímpio Santarozza
Luiz de Oliveira Netto
Jairo Correa de Almeida

Superintendência

Ronei Volpi

BOLETIM Informativo

Jornalista responsável:

Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)
Marcos Tosi (redator)
imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas
Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ

RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - TRT-PR-00817-2008-585-09-00-5-ACO-12643-2009

RECORRENTES: FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP, CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA e SINDICATO RURAL DE ABATIÁ

RECORRIDO: A. M.

RELATORA: ANA CAROLINA ZAINA

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO**, provenientes da Vara do Trabalho de Santo Antônio da Platina - PR, em que são Recorrentes **FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP, CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA** e **SINDICATO RURAL DE ABATIÁ** e Recorrido **A. M.**

I. RELATÓRIO

Inconformada com a r. sentença de fls. 209/211, a parte autora apresenta recurso ordinário.

Pretende a reforma quanto ao item: a) Art. 600 da CLT - incidência de multa, juros e correção monetária.

Custas recolhidas à fl. 246.

Apesar de devidamente intimada, a parte ré não apresentou contra-razões.

Em face do contido no Provimento n° 01/2005 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, os autos não foram enviados ao Ministério Público do Trabalho.

II. FUNDAMENTAÇÃO

1. ADMISSIBILIDADE

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, **ADMITO** o recurso ordinário interposto.

2. MÉRITO

ART. 600 DA CLT - INCIDÊNCIA - MULTA, JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Insurge-se a parte autora em face da sentença *a quo* pugnando pela incidência "da multa do artigo 600 da CLT, nos seus estritos termos e percentuais, os juros e a correção monetária a partir do vencimento da obrigação" (fls. 244).

Razão lhe assiste.

Esta E. Segunda Turma tem entendido pela aplicação da multa prevista no art. 600 da CLT, eis que o artigo 98 da Lei 8.022/90 não dispõe acerca da revogação do referido art. 600 da CLT.

Trago à lume argumentos do Exmo. Desembargador Márcio Dionísio Gapski, que transcrevo parcialmente, utilizados nos recursos em que tratam matérias análogas:

"O art. 600 da Consolidação não restou revogado pela Lei 8.022/90 (eis que essa é norma geral de aplicação aos tributos administrados pela SRF, enquanto aquele trata da contribuição sindical,

de natureza especial), tampouco pelo art. 59 da Lei 8.383/91 (Art. 59. Os tributos e contribuições administrados pelo Departamento da Receita Federal, que não forem pagos até a data do vencimento, ficarão sujeitos à multa de mora de vinte por cento e a juros de mora de um por cento ao mês-calendário ou fração, calculados sobre o valor do tributo ou contribuição corrigido monetariamente), salientando-se que a Secretaria da Receita Federal não mais administra a referida contribuição e não tem legitimidade para sua cobrança." (RCCS-79005-2006-655-09-00-7), que se apoiou em precedente da mesma turma, da lavra da e. Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu (TRT-PR-79010-2006-020-09-00-7-ACO-04182-2007-publ-23-02-2007).

Esse entendimento vingou nesta E. Turma, como se vê também do voto do Desembargador Ney José de Freitas, nos autos do RCCS-79072-2006-091-09-00-6, Acórdão n.º 16932-2007, publicado no DJPR de 29/06/07.

Ante o exposto, **REFORMO** a r. sentença para fazer incidir sobre a condenação (contribuições sindicais rurais relativas aos anos de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007) os juros, a multa e a correção monetária, nos termos do artigo 600 da CLT e artigo 9º do Decreto-Lei n° 1.166/1971.

III. CONCLUSÃO

ACORDAM os Juízes da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO** e, no mérito, por igual votação, **DAR-LHE PROVIMENTO** para, nos termos da fundamentação, incidir sobre a condenação (contribuições sindicais rurais relativas aos anos de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007) juros, multa e correção monetária, nos termos do artigo 600 da CLT e artigo 9º do Decreto-Lei n° 1.166/1971.

Custas inalteradas.

Intimem-se.

Curitiba, 31 de março de 2009.

ANA CAROLINA ZAINA
DESEMBARGADORA RELATORA

Deu na imprensa



Mercosul

"A chave de sobrevivência do Mercosul é sua inocuidade. Sobrevive porque não causa dano, é um negócio para todos. Há regras, ninguém as cumpre, e todos continuamos sendo parte"

Marcelo Halperin - professor do Instituto de Integração Latinoamericana da Universidade Nacional de La Plata -

(Folha de São Paulo)

China

O Centro Nacional de Informação sobre Grãos e Óleos da China anunciou, "sem detalhar", que o país vai "reduzir a aquisição de soja dos EUA e elevar as compras do Brasil nos próximos meses".

(Das agências)

Frase

"Hoje, para ficar ruim tem de melhorar muito. As empresas, na crise, enxugam para sobreviver, mas o produtor paga a conta"

Edemar Rekowsky - Avicultor do distrito de Novo Sobradinho, em Toledo (PR)

(Folha de São Paulo)

INSS

As agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passam a funcionar, a partir de 1º de junho, dez horas ininterruptas, das 7h às 19h.

De acordo com a Resolução nº 65, para maior comodidade dos cidadãos, o atendimento será feito, preferencialmente, com hora marcada. O agendamento será feito pela internet, no www.previdencia.gov.br ou por telefone, no 135.

Além disso, o horário de início e término do atendimento deverá ser fixado em local visível no interior das agências.

(Dos jornais)

Pague, Não Buffe

O brasileiro trabalhou até o último dia 27, só para pagar todos os impostos que deve. São 147 dias de seu salário gastos neste ano para dar conta dos tributos federais, estaduais e municipais, segundo os cálculos do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário). Entre sete países pesquisados pelo IBPT, o Brasil é terceiro onde os trabalhadores comprometem mais sua renda com impostos e taxas, ficando à frente de espanhóis (137 dias), americanos (102) e argentinos (97).

(UOL)

Uma Tonelada/ano

Aproximadamente 1 tonelada, ou quase 3 quilos por dia - incluindo alimentos sólidos e líquidos consome uma pessoa anualmente, segundo a nutricionista Daniela Silveira, da Unifesp. As necessidades calóricas variam de acordo com o sexo, peso, altura, idade e atividade física de cada pessoa. Mas, de acordo com o Instituto de Medicina da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, um homem adulto precisa mandar pro peito 2 900 calorias por dia (mais de 1 milhão por ano).

(Revista SuperInteressante)

Grana ao PRONAF

O governo anunciará em junho a elevação de R\$ 110 mil para R\$ 160 mil, a renda bruta máxima para enquadramento no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). As autoridades ainda avaliam a ampliação de limites individuais de crédito. Os preços mínimos de garantia também devem sofrer reajustes pontuais, sobretudo no caso do milho. O plano do governo também permitirá o financiamento de tratores, máquinas e equipamentos a avicultores e suinocultores no Programa Mais Alimentos. Com isso, pecuaristas integrados a agroindústrias, que recebem matéria-prima e insumos vinculados à venda garantida, passam a ter amparo oficial.

(Valor Econômico)

Ações Trabalhistas

Aumento das demissões no fim de 2008 resultou em maior procura pela Justiça do Trabalho, principalmente em cidades cujas economias são baseadas em setores afetados pela crise. Quem mais sentiu essa demanda são os fóruns do interior do estado, com casos em que o volume de processos chegou a triplicar. Na capital, o aumento médio não chegou a 4%.

Além de Jaguariaíva, que no quadrimestre deu entrada em 287 novos processos, contra 92 em 2008 (212%), Rolândia apresentou aumento de 89,4% nas ações trabalhistas, e Paranaíba, de 62,8%. Os dois primeiros casos estão diretamente ligados a empresas do setor de móveis e madeireiro, enquanto os números de Paranaíba foram inflados pelas demissões do frigorífico Margem.

(Gazeta do Povo)

Pirataria de Sementes

A juíza Fabiana Matie Sato, da Comarca de Goioerê (PR), com base na Lei 9456/1997 proferiu sentença condenando um grupo de 24 produtores rurais, a pagarem indenização a título de danos materiais e morais, que em valores atualizados pode chegar a R\$ 5 milhões, à Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola, pelo beneficiamento, armazenagem e comercialização ilegal de sementes de variedades CD. Segundo a advogada Selemara Ferreira Garcia, nos autos ficou comprovado que os produtores manipulavam soja e trigo comercial de variedades Coodetec, sem qualquer tipo de controle e autorização do detentor do direito de Propriedade Intelectual. Elas era beneficiadas, estocadas e comercializadas através da empresa Agrosul Comércio e Armazenagem em Geral, como se fossem sementes desenvolvidas pela própria estrutura de pesquisa e multiplicação da empresa.

(Imprensa Coodetec)

Despreparo

Em todo o país, mais de 600 mil estudantes têm aulas com professores que só concluíram o ensino fundamental. Para lecionar, a exigência mínima da lei é a conclusão do nível médio, em cursos normais ou de magistério - isso para a educação infantil e para o ensino fundamental de 1ª a 4ª série. Nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio, há obrigatoriedade de formação superior em cursos de licenciatura.

(MEC - Ministério de Educação e Cultura)



Fale conosco

Se você tem eventuais dúvidas sobre questões previdenciárias ou técnicas poderá, além do site (www.faep.com.br), acessar o endereço eletrônico previdencia@faep.org.br ou os emails pessoais (abaixo de cada resposta), telefonar (41 2169 7988) ou enviar correspondência: R. Mal. Deodoro, 450 – 14º and – CEP 80010-010
A/C da Comunicação Social

Pensão de Viúva

1 - No caso de mulher viúva ter recebido pensão da aposentadoria do marido falecido, sendo ela agricultora poderá se aposentar, acumulando a pensão com a aposentadoria ?

R. Pensão pode acumular com aposentadoria. Uma é concedida pelo fato de existir dependência econômica, a outra é pelo exercício da atividade que o vincula à previdência social.

2) De que trata a NR 31?

(Produtor rural do sudoeste do Estado)

R. O Departamento Sindical da FAEP chama a atenção dos produtores rurais para o cumprimento do que determina a NR31 (Norma Regulamentadora) Nela estão estabelecidos o critérios e condições de segurança, saúde e meio ambiente do trabalho. As dúvidas sobre essas questões podem e devem ser eliminadas buscando nos Sindicatos Rurais a orientação necessária.

(Eleutério Czornei é advogado do Departamento Sindical da FAEP - eleuterio.czornei@faep.com.br)

Espécies Exóticas

3- Gostaria de obter informações sobre o corte e transporte de eucaliptos e outras espécies exóticas?

(Produtor rural dos Campos Gerais)

R. A Portaria n° 96 do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), de 22 de maio de 2007, dispensou a obrigatoriedade de aprovação prévia para a exploração e o transporte de madeira de espécies exóticas. Também está dispensado de reposição florestal quem comprovadamente utilize madeira proveniente de plantio com espécies exóticas.

No entanto, quem tiver reflorestamento vinculado ao IAP por meio de Projetos Técnicos de Reflorestamento ou de Levantamento Circunstanciados, deve continuar a prestar todas as informações já exigidas até o final do ciclo de exploração.

(Carla Beck é engenheira-agrônoma da FAEP - carla.beck@faep.com.br)

Documentos do INCRA

4- O que é preciso para legalizar um imóvel Rural?

(De um produtor rural de Pranchita/PR).

R. a) Do ponto de vista cadastral, o imóvel rural deve possuir o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural – CCIR 2003/2004/2005 do INCRA, com taxa de serviços cadastrais quitada;

b) O ponto de vista tributário (Receita Federal), deve estar com o Imposto Territorial Rural declarado e pago até o exercício de 2008 (em agosto e setembro próximo deverá ser declarado o ITR 2009);

c) Do ponto de vista jurídico, o imóvel deve estar regularmente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca em que se situa o imóvel.

5- Como retirar o CCIR?

(De um Produtor Rural ao Sindicato Rural de Alto Piquiri/PR)

R. O CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural) é enviado para o endereço do proprietário. Se este proprietário já é cadastrado no Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA e não recebeu o documento em casa, terá que procurar a Superintendência do INCRA mais próxima, ou as Unidades Municipais de Cadastramento, localizadas nas Prefeituras, para retirá-lo.

6 - O que é e para que serve o Certificado de Cadastro Rural – CCIR?

R. É o documento emitido pelo INCRA que constitui prova do cadastro do imóvel rural junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

É indispensável para desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda o imóvel rural, para homologação de partilha amigável ou judicial (sucessão causa mortis) e para obter financiamento agrícola.

(Luiz Antonio Finco é técnico do Departamento Sindical da FAEP - luiz.finco@faep.com.br)

Dívida Ativa

7) Quais são as possibilidades de renegociar o crédito rural que foi inscrito na Dívida Ativa da União?

R. A dívida poderá ser liquidada à vista com descontos que variam entre 38% a 70%. O prazo para liquidação vai até 30 de dezembro.

Porém, o produtor pode parcelar a dívida em até 10 anos. O valor da parcela será acrescido de taxa pós-fixada, a Selic (em torno de 10% ao ano em 2009) e contará com um desconto para pagamento em dia (bônus de adimplência) que varia entre 33% a 65%. Nesse caso, a adesão aos benefícios deverá ser feita até 30 de junho de 2009.

O pedido tem de ser formulado junto à central de atendimento do Banco do Brasil pelos telefones 4003-0494 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800-880-0494 (demais localidades), sendo que vale para os débitos originários de operações de créditos rurais inscritos até 29 de maio deste ano em Dívida Ativa da União.

(Pedro Loyola é Coordenador do DTE/Sistema FAEP (pedro.loyola@faep.com.br))

Correção - Na edição 1051 o médico-veterinário Fabrício Monteiro foi erroneamente identificado como engenheiro agrônomo.

TREINAMENTO

Empreendedor Rural em Umuarama



A mobilizadora do Sindicato de Umuarama, Sueli Antunes, e o instrutor do SENAR-PR Clovis Palozi deram início a duas turmas para o programa Empreendedor Rural. Uma turma foi formada com produtores do município de Umuarama e outra foi criada na extensão de base Douradina. A turma de Douradina está desenvolvendo um trabalho com turismo rural na região. E eles veem no Empreendedor Rural uma ótima oportunidade para adquirir conhecimentos na área em que pretendem trabalhar.

IMBITUVA

Sindicato Rural promove treinamento com agricultores

Durante os meses de abril e maio o Sindicato Rural de Imbituva, em parceria com o SENAR-PR, realizou cursos de fruticultura, manutenção de tratores, culinária e panificação. Nos dias 27 e 28 de março agricultores da região receberam o curso de fruticultura, ministrado por Luiz Sérgio Krepki, ins-



trutor do SENAR-PR. Nos dias 27 e 28 de abril o instrutor do SENAR-PR José Augusto Olzewski, aplicou o curso básico de manutenção de tratores. O sindicato também realizou um curso de culinária básica, aplicado pela instrutora do SENAR-PR Denise Bubniak, que nos dias 18 e 19 de maio aplicou o curso de panificação.

ARTIGO

Claudius Augustus Faggion Filho

Claudius Augustus Faggion Filho é engenheiro agrônomo da FAEP

CAFÉ

Apesar de tudo, eles resistem

Houve tempos em que as crises que assolavam a cafeicultura eram mais prestigiadas. Nesses tempos de crise mundial sem precedentes, o problema do café tornou-se apenas mais um dentre tantos. Poucos atentam para a real gravidade em que a atividade se transformou. Há anos o setor vem lutando contra preços baixos, e, mais recentemente, custos de produção elevadíssimos. A sentença disso: SEAB/DE-RAL prevê a erradicação de mais de 7 mil hectares só no Paraná.

na média dos primeiros meses do ano.

Os estoques brasileiros foram reduzidos a 1,2 milhão de sacas (60 kg) na safra 2008, menos de 10% do volume apurado há dez anos. No ano, segundo o Departamento de Agricultura Americano (USDA), os estoques voltarão a crescer, mas não passarão de 6 milhões de sacas, ou cerca 15% dos estoques mundiais. Atualmente há 40 milhões de sacas armazenadas, um terço do necessário para o consumo anual da bebida no planeta e esse é o fato moti-

torrado, que foi 58,55% em comparação ao ano anterior.

Porém, no ano corrente vemos um cenário pior. No âmbito brasileiro as exportações do complexo, de janeiro a abril, caíram quase 9%.

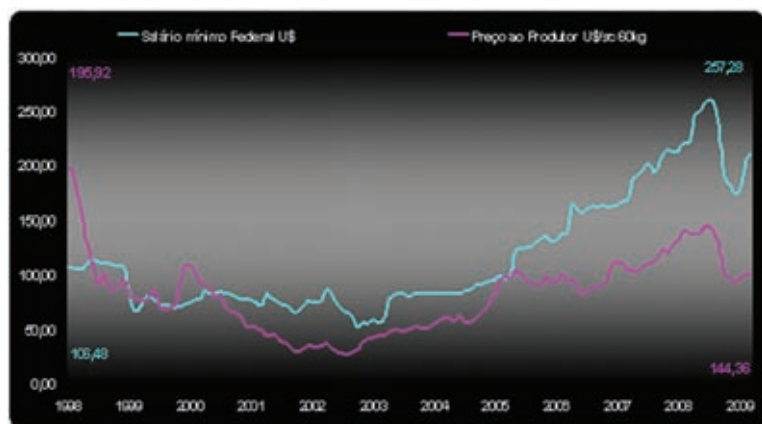
Reclamação recorrente do setor produtivo é o descolamento dos preços do mercado brasileiro com relação à Nova York. Os contratos do café brasileiro negociados nos EUA estão cerca de US\$ 31 mais caros que aqui. Isso se deve à falta de medidas de incentivo à exportação referentes à comercialização.

O mesmo não ocorre com a Colômbia, pois os preços do café colombiano estão cerca de US\$ 152 mais altos que os contratos de NY. O produto colombiano obteve a maior média dos últimos 11 anos.

Resultado de tudo isso é uma diferença de até 280 reais por saca entre os preços do café brasileiro e colombiano. Diferença que se deve a agentes do mercado do café que acreditam numa redução de cerca de 2,5 milhões de sacas para a Colômbia.

Protagonista de um grande ciclo econômico, o café, ainda hoje, mantém mais de 10 milhões de brasileiros vinculados à sua atividade, revelando sua grande capacidade de absorção de mão de obra.

No último dia 24 seria o "dia do café", mas não houve muito o que se comemorar. Os produtores detêm R\$ 4 bilhões em dívidas, imensas áreas foram erradicadas, obrigando a busca de outras atividades. Mesmo assim, bravamente, muitos resistem.



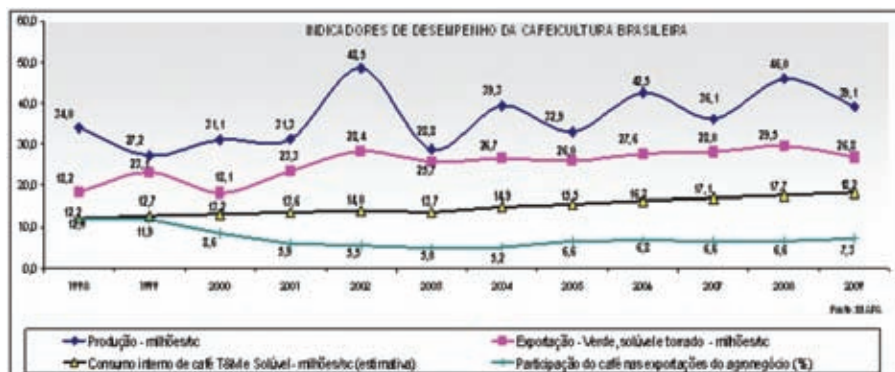
O café tem a característica de ter passado por crises cíclicas que exigiram da cadeia produtiva muita adaptabilidade, sobretudo do elo mais fraco dessa corrente, o setor produtivo.

Uma simples comparação pode ser trazida ao texto nesse momento. Basta atentarmos para a correção monetária aplicada ao salário mínimo e compararmos com o preço do café recebido pelo produtor. Numa metodologia simples, transformando-se os preços da saca de café e o salário mínimo em dólar (usado como deflator), no horizonte de estudo de 10 anos, percebemos que a comparação resulta no que segue:

- Em 1998, uma saca de café valia cerca de 182% do salário mínimo. Hoje vale 48%.
- O custo da mão-de-obra está 273% maior do que em 1998.
- Em contrapartida, o preço do produto, em 1998, era US\$ 124. Atualmente, o preço ao produtor não passa de US\$ 102

vador do setor que tanto espera pela recuperação da renda na agricultura.

Em 2008, as exportações de café do Paraná somaram R\$334 milhões, cerca de 3,2% das exportações do agronegócio paranaense. O café solúvel, carro-chefe do complexo, teve suas exportações aumentadas em 26%. No entanto, deve-se ressaltar o crescimento das exportações de café



CAFÉ

Sabor bem brasileiro

Velhos caminhões FNMs abarrotados congestionavam ruas, salões paroquiais tinham a catequese dispensada, armazéns de secos e molhados eram rapidamente desocupados, galpões da Rede Ferroviária Federal requisitados, porque onde havia espaço o “general café” era armazenado. Corria o início da década de 60 e o “ouro verde” tinha super-produções no campo e se transformava no personagem maior desses cenários. O mar de sacas, porém, indicava também que o preço desabaria. O norte do Paraná, colonizado pelo rastro aventureiro e o perfume dos cafeeiros, chegou a produzir 28% do total de café do planeta distribuído em 1,6 milhões de hectares.

Houve anos em que seu queimou café para reduzir estoques e elevar os preços, mas foi preciso uma geada negra, em 1975, para o maior produtor de café do mundo se dobrar à destoca e à erradicação, e contemplar a invasão do trio soja/trigo/milho, e do boi ruminando nos pastos

recém semeados.

Hoje, o Estado ostenta a modesta 6ª posição, lanterninha entre os produtores de café, liderança exercida por Minas Gerais e Espírito Santo, este com seu café robusta.

O chamado “ciclo do café” ampliou ferrovias, modernizou portos, ocupou imigrantes, estimulou a colonização de regiões, possibilitou o acúmulo de capitais, criou cidades.

Desde o início dos anos 80, porém, a exportação de outras commodities e manufaturados tiraram o posto do antigo “general café”, que continua, no entanto, sendo importante na pauta de exportações. A CONAB estima que o país deverá este ano 39,07 milhões de sacas de café beneficiado, 15% a menos do obtido na safra passada.

No Paraná, porém, haverá uma redução de 40% da sua produção (de 2.605 milhões de sacas para 1.590 milhões de sacas).

Enquanto a cultura do café tomou o rumo do sudoeste, a busca de alternativas mais rentáveis estimulou iniciativas. Muitos produtores do norte paranaense, por exemplo, trabalham na produção de cafés especiais, em busca de suavidade, corpo e aroma diferenciados.

Um dado importante



6 milhões de xícaras/dia

é que o consumo no Brasil vem mantendo um aumento anual de mais de 2%. A ABIC estima que os brasileiros consumirão entre 18,8 e 19 milhões de sacas, dividindo com os norte-americanos (21 milhões de sacas) como os maiores consumidores mundiais. Todos os dias, em 140 países, seis milhões de xícaras de café são consumidas. O antigo “general café” tem duas luzes no final do túnel: o estímulo via preços ao produtor e o constante aumento do consumo de cafés de qualidade.



Endereço para devolução:
Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

**EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS**



- | | |
|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |

- | |
|---|
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado |

Informação dada pelo porteiro ou síndico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável _____